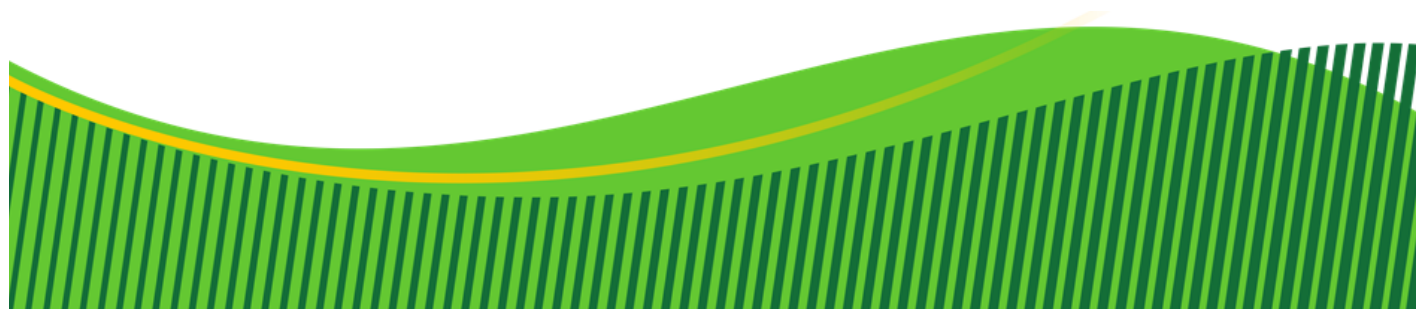


Relatório Anual 2017

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
São João - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à ampliação da área de atuação, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Res. CMN nº 4.434.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central não foram alcançadas na totalidade, conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	50.204	46.806
Carteira de Crédito *	333.527	384.443
Depósitos	348.689	347.069
Patrimônio Líquido	141.923	158.070
Capital	50.920	57.306
Resultado Antes das Destinações	18.984	38.474
Rentabilidade do PL	13,38%	24,34%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		528.913	528.510	CIRCULANTE		249.176	236.736
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	13.338	11.960	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	107.266	102.741
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		193.679	249.384	Depósitos à Vista		90.155	81.754
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		22	45	Depósitos a Prazo		17.111	20.987
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		116	527	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		102.680	104.670
Correspondentes no país		337	342	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2	4
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	193.204	248.470	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	102.678	104.666
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	296.601	248.379	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.364	573
Operações de Crédito		310.689	261.544	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.364	573
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(14.088)	(13.165)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	6.413	5.316
OUTROS CRÉDITOS		22.319	17.872	Empréstimos País - Outras Instituições		6.413	5.316
Créditos por Avais e Fianças Honrados		245	109	OUTRAS OBRIGAÇÕES		31.453	23.436
Rendas a Receber		1.674	1.700	Cobrança e Arrecadação de Tributos		180	112
Diversos	(NOTA 07)	21.034	16.295	Sociais e Estatutárias		2.272	1.815
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(634)	(232)	Fiscais e Previdenciárias		1.133	735
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	2.976	915	Diversas	(NOTA 14)	27.868	20.774
Outros Valores e Bens		2.951	1.370				
(Provisão para desvalorização)		(10)	(457)				
Despesas Antecipadas		35	2				
NÃO CIRCULANTE		121.969	83.693	NÃO CIRCULANTE		243.636	246.931
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		121.969	83.693	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		243.636	246.931
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	2.206	899	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	239.803	239.785
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.206	899	Depósitos a Prazo		239.803	239.785
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	87.842	54.360	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	3.833	7.146
Operações de Crédito		95.417	59.721	Repasse Interfinanceiros		3.833	7.146
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(7.575)	(5.361)				
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07)	142	1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		158.070	128.536
Diversos		443	1	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 16)	57.306	52.971
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(301)	-	De Domiciliados no País		57.308	52.976
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	16.457	15.192	(Capital a Realizar)		(2)	(5)
Outros Investimentos		16.457	15.192	RESERVAS DE SOBRAS		92.765	68.872
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	10.411	8.711	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.999	6.693
Imóveis de Uso		5.530	3.707				
Outras Imobilizações de Uso		11.097	10.210				
(Depreciação acumulada)		(6.216)	(5.206)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	4.911	4.530				
Outros Ativos Intangíveis		9.089	7.579				
(Amortização acumulada)		(4.178)	(3.049)				
TOTAL DO ATIVO		650.882	612.203	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		650.882	612.203

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	47.082	-	47.082	92.387	-	92.387	80.791	-	80.791
Operações de Crédito	47.007	-	47.007	92.253	-	92.253	79.499	-	79.499
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	56	-	56	107	-	107	1.243	-	1.243
Resultado das Aplicações Compulsórias	19	-	19	27	-	27	49	-	49
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(19.012)	(316)	(19.328)	(43.309)	(585)	(43.894)	(47.222)	(456)	(47.678)
Operações de Captação no Mercado	(9.767)	(28)	(9.795)	(22.970)	(48)	(23.018)	(26.741)	(29)	(26.770)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.555)	(288)	(2.843)	(5.582)	(537)	(6.119)	(6.398)	(427)	(6.825)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.690)	-	(6.690)	(14.757)	-	(14.757)	(14.083)	-	(14.083)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.070	(316)	27.754	49.078	(585)	48.493	33.569	(456)	33.113
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(11.469)	3.244	(8.225)	(16.723)	5.852	(10.871)	(6.433)	4.338	(2.095)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.140	6.901	11.041	7.881	12.342	20.223	6.409	8.147	14.556
Rendas de Tarifas Bancárias	3.137	-	3.137	6.038	-	6.038	5.375	-	5.375
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.398)	(1.374)	(13.772)	(24.174)	(2.353)	(26.527)	(21.066)	(1.427)	(22.493)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(10.184)	(1.550)	(11.734)	(19.463)	(2.771)	(22.234)	(16.247)	(1.941)	(18.188)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(14)	(347)	(361)	(55)	(622)	(677)	(119)	(414)	(533)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	11.403	213	11.616	26.992	250	27.242	31.504	542	32.046
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(7.553)	(599)	(8.152)	(13.942)	(994)	(14.936)	(12.289)	(569)	(12.858)
RESULTADO OPERACIONAL	16.601	2.928	19.529	32.355	5.267	37.622	27.136	3.882	31.018
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	24	85	109	764	157	921	40	13	53
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	16.625	3.013	19.638	33.119	5.424	38.543	27.176	3.895	31.071
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	615	615	-	(69)	(69)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	367	367	-	(33)	(33)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	248	248	-	(36)	(36)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	16.625	3.628	20.253	33.119	5.355	38.474	27.176	3.895	31.071
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.355	(5.355)	-	3.895	(3.895)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	16.625	3.628	20.253	38.474	-	38.474	31.071	-	31.071
DESTINAÇÕES	-	-	-	(30.475)	-	(30.475)	(24.378)	-	(24.378)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.249)	-	(5.249)	(4.753)	-	(4.753)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.333)	-	(1.333)	(1.116)	-	(1.116)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(17.331)	-	(17.331)	(14.500)	-	(14.500)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(6.562)	-	(6.562)	(4.009)	-	(4.009)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.999	-	7.999	6.693	-	6.693

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	21.638	43.609	33.670
Resultado do semestre/exercício	20.253	38.474	31.071
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.385	5.135	2.599
Provisão para operações de crédito	1.489	3.137	1.628
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	10	(446)	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(186)	703	114
Depreciação do imobilizado de uso	786	1.519	1.141
Amortização do intangível	556	1.129	665
Baixas do ativo permanente	87	106	37
Provisão para passivos contingentes	110	124	-
Destinações ao FATES	(1.333)	(1.333)	(1.116)
Dividendos SicrediPar	(134)	196	130
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(51.522)	(83.788)	46.597
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.256)	(1.307)	10.139
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.862	23	(41)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	70	412	(334)
Redução em relações com correspondentes	335	5	62
(Aumento) em operações de crédito	(87.620)	(84.841)	(35.400)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	32.478	(5.303)	8.961
(Aumento) em outros créditos	(2.475)	(5.487)	(2.755)
(Aumento) em outros valores e bens	(745)	(1.614)	(297)
Aumento (Redução) em depósitos	(7.165)	4.543	64.153
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	592	790	(7)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	268	1.097	(734)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(788)	(1.325)	(618)
Aumento em outras obrigações	8.922	9.219	3.468
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(29.884)	(40.179)	80.267
Aquisição de Investimentos	-	(1.265)	(1.779)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.389)	(3.327)	(4.263)
Aplicações no Intangível	(870)	(1.510)	(1.367)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.259)	(6.102)	(7.409)
Integralização de capital	1.048	2.168	2.484
Baixa de capital	(1.243)	(2.976)	(2.525)
Juros ao capital próprio	(106)	(106)	(77)
Distribuição de Sobras	-	(6.693)	(58)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(301)	(7.607)	(176)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(32.444)	(53.888)	72.682
Caixa e equivalente de caixa no início do período	238.986	260.430	187.748
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	206.542	206.542	260.430

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	44.389	50.363	4.005	98.757
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.947	-	(3.947)	-
Outras destinações	-	-	(58)	(58)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.484	-	-	2.484
Baixas de capital	(2.525)	-	-	(2.525)
Resultado do período	-	-	31.071	31.071
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.116)	(1.116)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.500	(14.500)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.676	-	(4.753)	(77)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	4.009	(4.009)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	52.971	68.872	6.693	128.536
Mutações do Período	8.582	18.509	2.688	29.779
Saldos no início do período em 01/01/2017	52.971	68.872	6.693	128.536
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(6.581)	(6.581)
Outras destinações	-	-	(112)	(112)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.168	-	-	2.168
Baixas de capital	(2.976)	-	-	(2.976)
Resultado do período	-	-	38.474	38.474
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.333)	(1.333)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.331	(17.331)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.143	-	(5.249)	(106)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.562	(6.562)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	57.306	92.765	7.999	158.070
Mutações do Período	4.335	23.893	1.306	29.534
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	52.358	68.872	18.221	139.451
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.048	-	-	1.048
Baixas de capital	(1.243)	-	-	(1.243)
Resultado do período	-	-	20.253	20.253
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.333)	(1.333)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.331	(17.331)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.143	-	(5.249)	(106)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	6.562	(6.562)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	57.306	92.765	7.999	158.070
Mutações do Período	4.948	23.893	(10.222)	18.619

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/04/1992 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(47.809)	131	(47.678)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.214)	131	(14.083)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.964)	(131)	(2.095)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(18.348)	160	(18.188)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(12.567)	(291)	(12.858)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 26 de janeiro de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	13.338	11.960
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	193.204	248.470
Total	206.542	260.430

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.206	899
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.206	899
Total realizável a longo prazo	2.206	899

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	196.603	80.409	277.012	189.790
Financiamentos	11.304	11.053	22.357	17.642
Financiamentos rurais e agroindustriais	102.782	3.955	106.737	113.833
Carteira total	310.689	95.417	406.106	321.265

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	245	-	245	109
Devedores por compra de valores e bens	286	442	728	325
Títulos e créditos a receber (i)	16.618	1	16.619	11.820
Total	17.149	443	17.592	12.254

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	153.938	197.371	770	987
Nível B	1,00	152.149	64.172	1.522	642
Nível C	3,00	66.526	33.521	1.996	1.006
Nível D	10,00	26.959	16.515	2.857	1.651
Nível E	30,00	9.372	6.877	2.812	2.063
Nível F	50,00	3.178	4.227	1.589	2.113
Nível G	70,00	1.748	1.801	1.224	1.261
Nível H	100,00	9.828	9.035	9.828	9.035
Total (i)		423.698	333.519	22.598	18.758

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.758	32.890	46.786	32.342	115.776	77.905
Rural	446	18.994	83.342	3.955	106.737	113.833
Industrial	194	13.589	14.246	9.909	37.938	24.268
Comércio	1.577	36.512	40.587	33.663	112.339	73.076
Outros Serviços	753	14.991	19.173	15.991	50.908	44.437
Total	6.728	116.976	204.134	95.860	423.698	333.519

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	46.801	11,05	36.282	10,88
50 devedores seguintes	75.171	17,74	50.545	15,15
100 devedores seguintes	55.236	13,04	39.799	11,93
Demais	246.490	58,18	206.893	62,03
Total	423.698	100	333.519	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	18.758	17.016
Constituição de provisão	14.757	14.083
Movimentação de baixados para prejuízo	(10.917)	(12.341)
Saldo final	22.598	18.758

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 8.246 (2016 - R\$ 5.976), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 24.887 (2016 - R\$ 8.298).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	174	134
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.320	2.405
Devedores por compra de valores e bens	286	325
Devedores por depósitos em garantia	40	18
Impostos e contribuições a compensar	692	508
Títulos e créditos a receber	16.618	11.819
Valores honrados	3	97
Cotas de consórcio	228	260
Operações com cartões	45	37
Pendências a regularizar	12	1
Outros	616	691
Total Circulante	21.034	16.295

Devedores por compra de valores e bens	442	-
Títulos e créditos a receber	1	1
Total realizável a longo prazo	443	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	2.951	1.370
Imóveis	2.739	835
Veículos e afins	212	78
Bens em regime especial	-	457
Despesas antecipadas	35	2
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(10)	(457)
Total Circulante	2.976	915

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 10 (2016 - R\$ 457) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	9.185	7.920
Sicredi Participações S.A.	7.271	7.271
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	16.457	15.192

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.365.506 ON	2.365.506 ON	1	1	9.184.774	7.919.735
	4.905.494 PN	4.905.494 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,83%	0,84%	0,61%	0,63%	4,79%	4,98%
Capital social	874.847	869.279	164	165	191.882	159.866
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	193.372	161.330
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	7.271	7.271	1	1	9.185	7.920

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	16.627	(6.216)	10.411	8.711
Imobilizações em curso	-	-	-	-	1.175
Terrenos	-	931	-	931	932
Edificações	4%	4.599	(1.227)	3.372	1.955
Instalações	10%	622	(231)	391	444
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.827	(1.526)	3.301	2.249
Sistema de comunicação	10%	210	(68)	142	184
Sistema de processamento de dados	20%	4.677	(2.764)	1.913	1.398
Sistema de segurança	10%	295	(62)	233	175
Sistema de transporte	20%	466	(338)	128	199
Intangível (i)		9.089	(4.178)	4.911	4.530
Investimentos Confederação		9.089	(4.178)	4.911	4.530
Total		25.716	(10.394)	15.322	13.241

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017			2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	90.155	-	-	90.155
Depósitos a prazo	6.978	10.133	239.803	256.914
Total	97.133	10.133	239.803	347.069

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	102.678	104.666
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	102.678	104.666
Total circulante	102.678	104.666
Recursos do Crédito Rural	3.833	7.146
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	3.833	7.146
Total exigível a longo prazo	3.833	7.146

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 13/07/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	6.413	5.316
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	6.413	5.316
Total circulante	6.413	5.316

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 22/03/2018.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	-	591
Obrigações por convênios oficiais	19	21
Provisão para pagamentos a efetuar	7.117	5.758
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	124	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.420	1.676
Pendências a regularizar	22	57
Operações com cartões	16.083	11.022
Demais fornecedores	556	445
Credores diversos	1.527	1.204
Total circulante	27.868	20.774

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	-	110	-	110
Cível	-	14	-	14
Total	-	124	-	124

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	110	-
Cível	Provável	14	-
Total		124	-

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 20 e R\$ 383 (2016 - R\$ 119 e R\$ 352), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	57.306	52.971
Total de associados	46.806	43.592

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 4.335 (2016 – R\$ 8.582), sendo R\$ 5.143 (2016 – R\$ 8.623) via integralização de resultados e R\$ 2.168 (2016 – R\$ 2.484), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.976 (2016 – R\$ 2.525).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.249, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	38.543	31.071
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(16.188)	(13.050)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	35	6
Provisão PPR	71	19
Receita com atos cooperativos	13.910	11.414
Juros sobre capital próprio	2.205	1.996
Outros	(103)	(385)
Subtotal	16.119	13.050
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(69)	-

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	2.206	899
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	193.204	248.470
Outros Créditos - Rendas a receber	1.280	872
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.722	2.918
Investimentos (Nota 09)	16.457	15.192
Intangível (Nota 10)	4.911	4.530
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	106.511	111.812
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.413	5.316
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	16.024	10.877
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	107	1.243
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	6.156	3.874
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	23.032	27.215
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.119	6.826
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	1.268	1.009
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	9.143	7.185

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	104	0,12%	103
Depósitos a prazo	571	0,22%	722
Operações de crédito	1.571	0,39%	1.854

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.568	2.379

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesa de água, energia e gás	639	589
Despesa de aluguéis	2.300	1.750
Despesa de comunicação	1.377	1.329
Despesa de manutenção e conservação	1.285	989
Despesa de material	909	657
Despesa processamento dados	515	338
Despesa de promoções e relações públicas	2.143	2.715
Despesa de propaganda e publicidade	468	387
Despesa de seguro	394	398
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.223	1.867
Despesa de serviços de terceiros	612	475
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.577	1.388
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.171	845
Despesa de serviços de transpostes	1.513	1.224
Despesa de viagem	144	76
Outras despesas administrativas	4.964	3.161
Total	22.234	18.188

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.882	1.820
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	22.288	26.181
Reversão de provisões operacionais	1.364	2.540
Outras rendas operacionais	1.708	1.505
Total	27.242	32.046

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.251	1.498
Contribuição O.C.E.	192	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	864	727
Contribuição Confederação Sicredi	5.933	4.247
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	819	742
Encargos da administração financeira	124	142
Repasse administradora de Cartões	650	617
Depreciação e amortização	1.129	672
Outras provisões operacionais	1.805	2.243
Outras despesas operacionais	2.169	1.795
Total	14.936	12.858

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	137.694	110.911
Total	137.694	110.911

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	154.630	126.415
Nível I (NI)	154.630	126.415
Capital principal - CP	154.630	126.415
Capital social	57.306	52.971
Reservas de capital	92.765	68.872
Lucros acumulados	7.999	6.693
Ajustes Prudenciais	(3.440)	(2.121)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	594.556	487.761
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancaria	590	202
Margem de Capital (i)	91.612	78.047
Índice de Basileia (PR / RWA)	26,01%	25,92%
Situação de Imobilização (Imob)	11.883	11.120
Índice de Imobilização (Imob / PR)	7,68%	8,80%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Eleuterio Benin
Diretor Executivo
CPF: 337.724.369-00

Izette Maria Florkovski
Diretora de Operações
CPF: 589.085.289-20

Gilmar Pimmel
Contador
CRC: PR-060509/O
024.551.059-11